

- Nada a ser.
- A 64. N. 2. (N. 2).
Plano de trabalho
17.01.03
Fernando Araújo
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Handwritten signature

06 JAN 2017

(*Handwritten note*)
13.02.2016 16:50

Paula Maia Fernandes
Chefe do Gabinete do
Ministro da Saúde

Exma. Senhora
Dra. Paula Maia Fernandes
Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde
Av. João Crisóstomo, 9 - 6º
1049-062 Lisboa

Adalberto Campos Fernandes
Ministro da Saúde

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		DGS/DIR/NPEA	2016

ASSUNTO: SIADAP 1 - Revisão de Objetivos/Indicadores do Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2016, dos Serviços do Ministério da Saúde

No âmbito do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP1), nos termos do Despacho n.º 5/2012, de 22 de março, do Ministro da Saúde, e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, cabe à Direção-Geral da Saúde (DGS) a análise das propostas de revisão de objetivos/indicadores do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) institucional.

Tendo em consideração a homologação tardia dos QUAR, e consequente desfasamento temporal com a fase de monitorização semestral, os serviços, que reuniam condições, foram instruídos a realizarem uma monitorização intermédia de cariz exclusivamente interno, para análise de resultados provisórios e das perspetivas até ao final do ano. Desse modo, anteciparam desvios e tomaram as medidas corretivas em tempo útil, recorrendo ao envio de uma proposta de revisão de objetivos/indicadores do QUAR, remetidas à DGS até 30.09.2016, para o endereço eletrónico SIADAP1-MS@dgs.min-saude.pt.

De referir que, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a eventual revisão de objetivos/indicadores apenas poderá ocorrer em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo. Considera-se ainda que os organismos não deverão apresentar alterações de objetivos/indicadores cujos prazos ou resultados já foram alcançados ou prestes a alcançar à data da sua proposta, pois essa prática compromete o propósito do SIADAP1, como instrumento da avaliação do desempenho dos serviços.

Neste sentido, apresentam-se, para homologação, os pareceres técnicos referentes às propostas de revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2016 dos seguintes serviços:

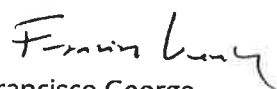
NS/1845
20.429 / 22.12.2016
010 05 02 1/2

Na resposta indicar sempre a nossa referência

- Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.;
- Inspeção-Geral das Atividades em Saúde;
- Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.;
- INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P.;
- Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P..

A decisão que recair sobre os presentes pareceres será posteriormente comunicada ao dirigente máximo de cada serviço.

Melhores cumprimentos,



Francisco George
Diretor-Geral da Saúde

Despacho do Ministro da Saúde, de ____/____/____

Homologo nos termos propostos.

Não homologo.


Observações: _____

Assinatura: _____

PARECER

Face às conclusões decorrentes da proposta de revisão do QUAR 2016 da **Inspeção-Geral das Atividades em Saúde**, propõe-se que o presente parecer seja submetido, para homologação, com base nos resultados evidenciados no seu conteúdo.

À consideração superior,

 2016.11.04
Núcleo de Planeamento
Estratégico e Avaliação
Direção-Geral da Saúde

DESPACHO INTERNO

1. Concordo com o presente parecer.
2. À consideração do Senhor Ministro da Saúde, no que se refere à revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2016 do presente parecer técnico.


Francisco George
Diretor-Geral da Saúde
19.12.2016

PARECER TÉCNICO: SIADAP 1

Proposta de Revisão de Objetivos/Indicadores do QUAR da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, emitido pela Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (de acordo com Despacho do Ministro da Saúde nº5/2012 de 22 de Março)

A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) remeteu por correio eletrónico (03.10.2016), à Direção-Geral da Saúde (DGS), uma proposta de revisão de objetivos/indicadores do seu QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) de 2016. Sobre este mesmo assunto, foi também remetido pelo Gabinete do Ministro da Saúde ofício nº 9377, de 10.10.2016 (nº entrada 7.400 de 12.10.2016) com cópia da sua Nota Interna de 04.10.2016 e cópia do ofício nº 2.225 de 09.09.2016 da IGAS.

De salientar que ao abrigo da legislação em vigor, a DGS apenas deve pronunciar-se sobre as propostas institucionais de revisão do QUAR, competindo aos órgãos de gestão interna das instituições a análise da proposta de alteração do Plano de Atividades, após a sua homologação. Serve o Relatório de Atividades para espelhar e justificar essas mesmas alterações.

De referir ainda que, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a eventual revisão de objetivos/indicadores apenas poderá ocorrer em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo. É considerado ainda que os organismos não deverão apresentar alterações de objetivos/indicadores cujos prazos ou resultados já foram alcançados ou prestes a alcançar à data da sua proposta, pois essa prática compromete o propósito do SIADAP1, como instrumento da avaliação do desempenho dos serviços.

Cumpre assim analisar a proposta de modo a emitir um parecer técnico relativo ao solicitado.

A proposta apresentada recai sobre:

- a) **Indicador n.º 8.1** [% de trabalhadores abrangidos nas ações de formação comportamental], com meta 80%, tolerância 2%, valor crítico 85% e peso 50%, do **Objetivo Operacional n.º 8** [Desenvolver um elevado grau de profissionalismo da atuação sustentado na autonomia técnica dos inspetores (Relevante)].

A IGAS propõe uma reformulação do referido indicador argumentando que *"O Orçamento de Estado foi tardiamente aprovado e as cativações orçamentais da IGAS cifraram-se na ordem dos 50%; Especificamente na verba prevista para a formação concretizou-se uma diminuição de 52,32% do previsto (...); Só no mês de Agosto se concluiu o processo de reforço de verbas entretanto desencadeado; A conclusão dos procedimentos de contratação para a referida formação não seria compatível com o volume de formação previsto e a calendarização simultânea pretendida para todos os inspetores".* Assim, a IGAS pretende ajustar o foco da formação optando por ministrar *"uma formação em matéria comportamental a custo zero para um intervalo delimitado de trabalhadores, (...) entre 14 e 18"*.

Considerando estarem em causa contingências políticas e administrativas não previsíveis, a justificar o pedido de revisão do indicador n.º 8.1 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), **concorda-se com o solicitado**, referindo-se que deve constar no QUAR de 2016 da IGAS, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

- Indicador n.º 8.1 – % de trabalhadores da área instrumental abrangidos nas ações de formação comportamental (N=24);
 - Meta – 67%; Tolerância – 4%; Valor Crítico – 83%; (Peso inalterado).

Face à análise, e tendo por base a proposta enviada pela IGAS quanto à Revisão do QUAR de 2016 (anexo), propõe-se o envio do presente parecer para homologação da Tutela, nos termos acima referidos, relativamente à alteração do descritivo, meta, tolerância e valor crítico do indicador n.º 8.1. A decisão que recair sobre o presente parecer será posteriormente comunicada ao dirigente máximo da IGAS.

À consideração superior,

Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação

POR PROTOCOLO

Exma. Senhora
DRA. PAULA MAIA FERNANDES
Chefe de Gabinete de Sua Exa. o Ministro da
Saúde
Av. João Crisóstomo, 9
1049-062 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE
dd/mm/aaaa

PROCESSO

NOSSA REFERÊNCIA

09 SET 2016 2225

ASSUNTO: Reformulação de indicador - QUAR

Tenho a honra de enviar cópia da Informação DACP/42/2016, de 7-09-2016, sobre a
"REFORMULAÇÃO DE INDICADOR QUAR", solicitando a V. Exa. se digne apresenta-la a Sua
Excelência o Ministro da Saúde.

Com os melhores cumprimentos

A Inspetora Geral



LEONOR FURTADO

IR/

Anexo: INFORMAÇÃO DACP/42/2016

14.474 12.09.2016
010.05.02
92.16

DE: DCAP/UCP

DATA: 07/09/2016

ASSUNTO: Reformulação de indicador
QUAR

INFORMAÇÃO N.º DCAP/42/2016

PROC. N.º

Parecer

Despacho

Concordo e confirmo
A consideração superior

07.09.2016


Elizabeth Fernandes
Chefe de Divisão

- Visto. Concordo com
o proposto, pois,
a alteração do
objectivo que vem
a justificar-se
pelo o crescimento
de visitantes
não inspetivos,
directamente,
a IGAS.

- Resposta - se
ao Gabinete
do Ministro da
Saúde.

7-9-2016



Leonor Furtado

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

O QUAR 2016 da IGAS contém, no Objetivo Operacional 8, inserido no parâmetro “Qualidade”, um indicador relativo à intenção de proporcionar formação na área comportamental à generalidade dos trabalhadores da IGAS, pois esta é considerada pela Inspectora-Geral como fator estratégico de desenvolvimento de um elevado grau de profissionalismo.

QUALIDADE

Peso: 25%

OOp8: Desenvolver um elevado grau de profissionalismo da atuação sustentado na autonomia técnica dos inspetores

Peso: 40%

INDICADORES	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
8.1 % de trabalhadores abrangidos nas ações de formação comportamental	NA	80%	2%	85%	50%
8.2 Nº de regulamentos ou manuais de procedimentos elaborados	2	2	0	3	50%

Prevía-se para 2016 uma larga formação no âmbito comportamental, a ministrar prioritariamente aos inspetores e à Unidade de Apoio Processual (por ser esta a Unidade cuja atuação tem um impacto mais direto no trabalho dos inspetores e qualidade dos processos inspetivos), mas abrangendo os trabalhadores em geral.

A formação prevista seria dividida em várias sessões ao longo do ano e abrangeria várias matérias (gestão da mudança, de conflitos, comunicação, equipas criativas, e outras). Prevía-se um custo aproximado de 35.000€.

Todavia:

- O Orçamento de Estado foi tardiamente aprovado e as cativações orçamentais da IGAS cifraram-se na ordem dos 50%.
- Especificamente na verba prevista para a formação concretizou-se uma diminuição de 52,32% do previsto (50.540€ de 96.595€), sendo que a IGAS teria, prioritariamente, que assegurar a formação dos novos inspetores¹.
- Só no mês de Agosto se concluiu o processo de reforço de verbas entretanto desencadeado.

¹ Aviso n.º 13656/2015 - Diário da República n.º 230/2015, Série II de 2015-11-24

- A conclusão dos procedimentos de contratação para a referida formação não seria compatível com o volume de formação previsto e a calendarização simultânea pretendida para todos os inspetores.

Como tal, a IGAS viu-se na contingência de cancelar o projeto ou optar por ministrar uma formação mais ligeira na matéria, prioritariamente aos trabalhadores da Unidade de Apoio Processual, deixando a formação nos moldes pretendidos para os inspetores para ocasião mais oportuna.

Entretanto foi possível obter formação em matéria comportamental a custo zero para um intervalo delimitado de trabalhadores, designadamente entre 14 e 18, com um determinado nível de escolaridade, existindo a possibilidade de assistência (não frequência certificada) de mais 4 de escolaridade diferente. Significa isto que poderão ser abrangidos os trabalhadores da Unidade de Apoio Processual e alguns de outras unidades da área instrumental.

Propõe-se uma reformulação do referido indicador do QUAR. Assim, considerando que:

- a esta data são 24 trabalhadores (não dirigentes nem inspetores) na área instrumental,
- a formação terá que ter um mínimo de 15 pessoas para se efetivar,
- há 2 trabalhadores de baixa prolongada
- 6 dos trabalhadores não têm a escolaridade definida para esta formação
- Pensa-se poder obter outra formação para 2 destes 6, adequada à sua escolaridade,

então, o limite mínimo da meta seria 15 trabalhadores (63%), e o máximo que se poderia alcançar seria ministrar formação a 20 (valor crítico, 83%). O expectável é que se consiga proporcionar formação de 15 (67%) a 17 (talvez 18) trabalhadores. Como tal, o indicador seria:

INDICADORES		2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
8.1	% de trabalhadores <i>da área instrumental</i> abrangidos nas ações de formação comportamental	NA	67%	4%	83%	50%

À consideração superior,



Natércia de Sousa
(Inspetor Principal)